

Florianópolis, 27 de junho de 2017.

À Presidência do CRESS/SC

Prezada Presidente,

Os membros da Comissão de Licitação, representados por sua presidente que abaixo subscreve, considerando a decisão de manutenção de seus atos, encaminham o recurso administrativo interposto tempestivamente pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, face ao julgamento das propostas do Convite 003/2017, para análise superior competente, nos termos do art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93.



Maria Dolores Thiesen
CRESS/SC 1811

Presidente da Comissão de Licitação

RESPOTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO FACE AO CONVITE 003/2017 – PROPOSTA

Edital do Convite nº 003/2017, referente a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA E COPA, em conformidade com as condições e especificações estabelecidas na Edital e em todos os seus anexos.

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região, que abaixo subscreve, na figura de autoridade superior competente, vem através do presente instrumento apresentar RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, devidamente qualificada nos autos, que apresentou impugnação contra a decisão de proposta do Edital Convite nº 003/2017, conforme segue:

I. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO INTERPOSTO

O protocolo do recurso administrativo foi efetuado em 27/06/2017 às 17:50h, restando assim tempestiva a interposição recusal, nos termos da Lei nº 8.666/93 e Edital do Convite 003/2017.

II. DO MÉRITO RECURSAL

II.1 DA ALEGADA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA EMPRESA MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA

A recorrente afirma que a empresa licitante MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME, cuja proposta foi declarada vencedora do certame, incorre inexigibilidade, uma vez que possui “valores unitários significativamente baixos, o que torna a proposta por ela ofertada, inexequível”.

Ocorre que, em que pese as alegações da recorrente, razão não lhe assiste, uma vez que não há previsão no edital, menção acerca do valor mínimo exequível, justamente por vedação atribuída ao art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93, cabendo

ao proponente averiguar a compatibilidade entre a proposta e os valores necessários para manutenção das atividades.

Neste sentido, posiciona-se o Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

A conciliação do dispositivo no § 3º do art. 44 da Lei nº 8.666/1993 com o inciso X do art. 40 da mesma lei, para serviços outros que não os de engenharia, tratados nos §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei 8.666/1993, impõe que a Administração não fixe limites mínimos absolutos de aceitabilidade de preços unitários, mas que faculte aos licitantes a oportunidade de justificar situação peculiar que lhes permita ofertar preços aparentemente inexequíveis ou de questionar os valores orçados pela Administração. 2. Verificado não houve prejuízo ao interesse público, dado o amplo caráter competitivo do certame, não se justifica a anulação da licitação se a autora da representação eximiu-se de demonstrar a exequibilidade de sua proposta." (Acórdão nº 363/20007, Plenário, rel Min. Benjamin Zymler)

Ademais, a depender da estratégia comercial da empresa proponente, pode esta, inclusive, agir em margem de lucro mínima, não cabendo ao presente Conselho analisar tal decisão, uma vez que a relação entre índice de lucratividade e investimento diz respeito ao âmbito privado, preocupação eminentemente empresarial.

Neste sentido, manifesta-se o Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA POR CRITÉRIO NÃO PREVISTO NO EDITAL. PROCEDÊNCIA. ASSINATURA DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO ATO. POSSIBILIDADE DE RETOMADA DO CERTAME. CIÊNCIA DE OUTRAS IMPROPRIEDADES. ARQUIVAMENTO. 1. Não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal, sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta (Acórdão 325/2007-TCU-Plenário). 2. A desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados (Acórdãos 2.528/2012 e 1.092/2013, ambos do Plenário; GRUPO I - CLASSE VII - Plenário; TC 020.363/2014-1)

Do julgado acima exposto, ressalta-se o trecho abaixo descrito¹:

Os argumentos de que a desclassificação da proposta teria se baseado na composição da planilha e de que não haveria compatibilidade entre o investimento e o índice de lucratividade não fazem sentido, porquanto não foram previstos no edital quaisquer critérios relacionados a esses parâmetros de julgamento.

No edital não se encontra, sequer, qualquer menção ao termo índice de lucratividade. A propósito, essa ausência de critérios é reconhecida nas

¹ Acórdãos 2.528/2012 e 1.092/2013, ambos do Plenário; GRUPO I - CLASSE VII - Plenário; TC 020.363/2014-1

próprias alegações apresentadas. Ademais, a relação entre índice de lucratividade e investimento diz respeito ao âmbito privado, preocupação eminentemente empresarial, não cabe à administração ter ingerência nessas questões.

Quanto à alegação de que os critérios de lucratividade teriam como base os preços unitários e não os preços globais pelos seus impactos em eventual realinhamento de preços, isso também não foi demonstrado.

Não basta simplesmente afirmar, seria necessário demonstrar como e qual impacto recairia em um eventual reajustamento que, ademais, não poderia ser inferior ao período de um ano, prazo inicial da vigência do contrato. Assim, ainda que se viesse a demonstrar impacto de alguma significância no valor do contrato, o que nos parece improvável, esse realinhamento poderia ser recusado quando da renovação, permitindo-se realizar um novo processo licitatório.

Outrossim, a mera alegação de que os contratos apresentados seriam insuficientes para demonstrar a capacidade de execução da licitante quanto ao objeto em licitação não demonstram nem a incapacidade da empresa de realizar os serviços muito menos a inexecutabilidade dos preços por ela ofertados.

Em suma, pode-se afirmar que o teor da defesa apresentada revela-se insuficiente para afastar as irregularidades. Ao contrário, reconhece explicitamente que não havia no edital parâmetros que embasassem uma decisão quanto à inexecutabilidade de uma proposta frente a um índice de lucratividade, critério aplicado para a desclassificação da concorrente que ofertou o menor preço.

Vê-se, assim, que os princípios de vinculação ao edital e do julgamento objetivo das propostas foram flagrantemente negligenciados pela Prefeitura da Cidade Universitária - UFPB no pregão 13/2014.

Importante citar, ainda, trecho do Acórdão 325/2007-TCU-Plenário, *in verbis*:

Dependendo da escolha da estratégia comercial, a empresa pode ser bem agressiva na proposta de preços, relegando a segundo plano o retorno do investimento considerado para o contrato. Quanto menor for a taxa percentual exigida para análise sobre o retorno do investimento, maior será a competitividade de proposta.

Acerca da solicitação de comprovação de exequibilidade da proposta, fato é que a Comissão de Licitação poderia, nos termos do art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93, propor diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

Ocorre que o edital não fez exigência expressa de detalhamento de custos, bem como a Comissão de Licitação, corroborada pela autoridade superior competente, entende que, seguindo os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, a proposta pode ser considerada exequível.

Ou seja, a determinação de diligência seria única e exclusivamente para atender a solicitação da recorrente, única empresa dentre as participantes do

certame que insiste em solicitar diligências, inclusive para fins diversos e meramente especulatórios, conforme pode-se perceber do recurso interposto à habilitação, assim como do recurso ora analisado.

Considerando o fato de a empresa recorrente ser a titular do contrato atualmente vigente de mesmo objeto firmado com o CRESS 12ª, pertinente registrar que a promoção de diligências acarretaria em atrasos no cronograma previsto no edital, bem como em necessária prorrogação excepcional do contrato atualmente vigente para manutenção dos serviços de limpeza, de cunho contínuo e necessário, o que traria benefícios única e exclusivamente a recorrente, podendo, inclusive, o presente recurso ser considerado meramente protelatório.

Assim, não cabe a desclassificação da proposta da empresa MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME, nem mesmo a promoção de diligências, uma vez que a proposta não é considerada inexecutável, conforme fundamentação supra.

II.2 DA ALEGADA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA GT SERVI SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

A recorrente afirma que a empresa GT SERVI - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA – EPP “deixou de cotar corretamente importante obrigação trabalhista, prevista em lei, qual seja, contribuição patronal sindical”.

Para tanto, justifica que “o valor de 1% deveria ter sido aplicado com incidência no salário normativo (R\$ 711,60) e, totalizaria o montante de 7,11%, não 5,93%, haja vista que a incidência não é somente calculada sobre o valor do salário e, sim, referente ao salário acrescido de insalubridade”.

Inicialmente cumpre ressaltar que a planilha apresentada pela empresa GT SERVI - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA – EPP traz a incidência de 0,83% de contribuição patronal, totalizando o montante de R\$ 5,93 (cinco reais e noventa e três centavos), diferentemente dos “5,93%” alegados pela recorrente.

Esclarecida tal situação, verifica-se que é fato que a empresa recorrida apresentou o cálculo de recolhimento de contribuição patronal de forma errônea,

uma vez que a planilha apresentada considerou 1% sobre piso salarial (R\$ 593,00), quando na verdade deveria ter considerado 1% sobre o piso salarial acrescido de insalubridade (R\$ 711,60), conforme determina a cláusula quadragésima quinta da Convenção Coletiva do Trabalho², *in verbis*:

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Fica estabelecido que as empresas abrangidas pelo presente instrumento contribuirão para o sindicato patronal com a importância equivalente a 1% (um por cento) incidente sobre o salário normativo e adicional de insalubridade de todos os empregados devido, mensalmente, durante a vigência do presente instrumento, com prazo de pagamento até o dia 20 de cada mês, observado o salário do mês imediatamente anterior

Ocorre que, em termos reais, a planilha apresenta o recolhimento mensal de R\$ 5,93 (cinco reais e noventa e três centavos) a título de contribuição patronal, quando deveria apresentar o recolhimento mensal de R\$ 7,11 (sete reais e onze centavos). Ou seja, o impacto que tal erro traria seria de R\$ 1,18 (um real e dezoito centavos) mensal, valor que indubitavelmente não afeta a exigibilidade da proposta.

Ademais, a própria cláusula quadragésima quinta da Convenção Coletiva do Trabalho apresenta variações no que tange o recolhimento da contribuição assistencial patronal, *in verbis*:

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL [...]

Parágrafo primeiro: As empresas filiadas ao SEAC/SC que estiverem em dia com as suas obrigações estatutárias perceberão desconto de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a contribuição prevista no caput.

Parágrafo segundo: As empresas admitidas no quadro associativo do SEAC/SC a partir da data de assinatura da presente convenção coletiva de trabalho ficarão sujeitas ao desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre a contribuição prevista no caput, no período de carência de 03 (três anos). (grifo nosso)

Frisa-se, ainda, que no caso de falhas no provisionamento de encargos, a licitante estaria obrigada a arcar com o ônus de tal erro em suas planilhas. Tal afirmação tem fundamento no fato de a planilha de custos e formação de preços possuir caráter acessório, subsidiário, numa licitação em que o critério de avaliação das propostas é o de menor valor global.

² Convenção Coletiva do Trabalho. Disponível em http://www.seac-sc.org.br/uploads/downloads/MINUTA_CCT_Aseio_2017.pdf. Acesso em 28 de jun de 2017.

De acordo, manifesta-se o Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

(...)Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (...) Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos.

No mesmo sentido, manifesta-se a jurisprudência, *in verbis*:

Agravo de Instrumento. Mandado de Segurança. Licitação. Pregão Presencial. Fornecimento de mão de obra capacitada de merendeiros (as) para as Unidades Escolares Município de Joinville. Insurgência do Ente Público, irresignado com a suspensão do processo licitatório. Apresentação de planilhas de custos sobre o vale transporte e contribuição sindical de modo equivocado. Vícios que poderiam ser sanados conforme norma editalícia e Instrução Normativa 02/2008 do Ministério do Planejamento. Ausência de majoração do preço global apresentado. Contribuição assistencial e patronal. Recolhimento pelo empregador. Formalismo exacerbado da Fazenda Pública. Recurso desprovido. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta (I.N. 02/2008 - Min. Do Planejamento). Erros no preenchimento da Planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação (I.N. 02/2008 - Min. Do Planejamento). Não se pode perder de vista que a finalidade precípua da licitação é a escolha da contratação mais vantajosa para a Administração Pública e, para atingi-la, não pode o administrador ater-se à rigorismos formais exacerbados, a ponto de afastar possíveis interessados do certame, o que limitaria a competição e, por conseguinte, reduziria as oportunidades de escolha para a contratação". (ACMS n. 2006.040074-1, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, Primeira Câmara de Direito Público, j. 21-6-2007).(TJ-SC - AI: 20150695434 Joinville 2015.069543-4, Relator: Pedro Manoel Abreu, Data de Julgamento: 08/03/2016, Terceira Câmara de Direito Público)

Assim, considerando a fundamentação supra, não há que se falar em desclassificação da proposta da empresa GT SERVI - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA – EPP.

II. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da legislação pertinente e fundamentação supra.

Florianópolis/SC, 28 de Junho de 2017.



Katia Regina Madeira
CRESS/SC 1227

Conselheira Presidente do CRESS 12ª Região